

Os BRICS e a organização de megaeventos esportivos na ordem mundial pós-guerra fria¹

Elvis Simões P. da Silva
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Maria Terezinha Serafim Gomes
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

Após o fim da ordem bipolar, ocorrem mudanças no sistema internacional de poder e na economia, para alguns se desenha uma ordem unipolar com os Estados Unidos, na condição e potência hegemônica pelo poderio militar e econômico, enquanto para outros veem se desenhando uma ordem multipolar. Nos últimos anos, com o crescimento econômico dos países emergentes ou em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, denominado de BRICS, há uma reconfiguração da ordem internacional da economia e da geopolítica. É neste contexto que esses países passaram a receber eventos esportivos, especialmente a partir de 2008, quando a China sediou as Olimpíadas; em 2010, a África do Sul recebeu a Copa do Mundo de Futebol; em 2014, foi a vez do Brasil sediar as Olimpíadas e em 2016, o país recebeu o Copa do Mundo de Futebol Masculino; em 2018, a Rússia também recebeu a Copa do Mundo. Este artigo objetiva analisar a geopolítica e o esporte, as relações de poder, que marcam as competições esportivas, em particular o papel dos BRICS na organização de megaeventos.

Palavras Chave: BRICS; FIFA; Geopolítica do esporte; Megaeventos; Nova ordem mundial

BRICS and the organization of sports mega events in the world order post-cold war

ABSTRACT

After the end of the bipolar order, changes occur in the international system of power and in the economy. Some recognized the United States as a unipolar order, due to its super power achieved through military and economic dominance while others prefer to adopt a multipolar approach. In recent years, with the economic growth of emerging or developing countries, such as Brazil, China, India, Russia and South Africa, known as BRICS, there has been a shift in the international order of economy and geopolitics. It is in this context that these countries started to host sporting events, specifically in 2008, when China hosted the Olympics; in 2010, South Africa hosted the Football World Cup; in 2014, Brazil's turn to host the Olympics and in 2016 the Men's Soccer World Cup; and in 2018, when Russia hosted the World Cup. This article aims to analyze geopolitics and sports, power relations over sportive competitions, and particularly the role of the BRICS in the organization of mega-events.

Keywords: BRICS; FIFA; Geopolitics of sport; Megaevents; New world order.

¹ Este artigo faz parte de discussões realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Geopolítica dos esportes e o papel dos BRICS na organização de megaeventos” e na dissertação de mestrado em andamento, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Serafim Gomes.



BRICS y la organización de mega eventos deportivos en el orden mundial de la pos guerra fría

RESUMEN

Después del fin del orden bipolar ocurren cambios en el sistema Internacional de poder y en la economía, para algunos se diseña un orden unipolar con los EEUU, en la condición de potencia hegemónica por el poderío militar y económico, mientras que otros prefieren adoptar un enfoque multipolar. Sin embargo, en los últimos años con el crecimiento económico de los países emergentes o en desarrollo, como Brasil, China, India, Rusia y Sudáfrica, denominado BRICS, hay una reconfiguración del orden internacional de la economía y de la geopolítica. Es en este contexto que esos países comenzaron a recibir eventos deportivos, especialmente a partir de 2008, cuando China fue sede de las Olimpiadas; en 2010, Sudáfrica recibió la Copa del Mundo de Fútbol; en 2014, fue el turno de Brasil acoger las Olimpiadas y en 2016, el país recibió la Copa Mundial de Fútbol Masculino; en 2018, Rusia también recibió la Copa del Mundo. Este artículo tiene como objetivo analizar la geopolítica y el deporte, las relaciones de poder, que marcan las competiciones deportivas, en particular el papel de los BRICS en la organización de megaeventos.

Palabras clave: BRICS; FIFA; Geopolítica del deporte; Megaeventos; Nueva Orden Global.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a economia e geopolítica mundial passaram por transformações, redesenhando o sistema internacional de poder. Neste contexto, emergem novos países em desenvolvimento, em destaque para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, denominado de BRICS, em 2001. Tais países representam quase a metade da população global, em torno de 40% e 24% do PIB mundial (BANCO MUNDIAL, 2019). O crescimento econômico dessas economias despertaram a disputa por sediar eventos esportivos, um dos primeiros países foi a China, a sediar as Olimpíadas em 2008, momento em que o crescimento chinês era de 9,65% (BANCO MUNDIAL, 2019). O país se projeta para o mundo com seu desenvolvimento econômico e tecnológico.

Ao corroborar com tal afirmação, Boniface (2014 e 2016), entende os esportes como um espelho do mundo, como um produto econômico, social e também político, portanto um dos instrumentos do Poder. Nesse sentido, a geopolítica do esporte analisa como os esportes são usados como instrumentos de manipulação e propagação de poder.

Os estudos sobre a geopolítica do esporte ainda são poucos, um dos principais expoentes é o Geopolitólogo Francês, Pascal Boniface, do Instituto de Relações Internacionais e Estratégias (IRIS) e do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Paris VIII. Na Geografia, a discussão sobre esportes quase sempre aparece como uma ramificação da Geografia Cultural, segundo Mascarenhas (1999) e outros estudos abordam os impactos sociais e ambientais no espaço urbano provocados pela realização dos megaeventos. (RODRIGUES (2013); MASCARENHAS (1999, 1999, 2004, 2011, 2013), GAGLIARDI E CARVALHO (2015).

Nos últimos anos, assistimos um crescimento dos países emergentes ou em desenvolvimento, do bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, denominado BRICS. Estes países passaram a receber eventos esportivos, especialmente a partir de 2008, quando a China sediou as Olimpíadas; em 2010, a África do Sul recebeu a Copa do



Mundo de Futebol; em 2014, foi a vez do Brasil sediar as Olimpíadas e, em 2016, o país recebeu o Copa do Mundo de Futebol Masculino; em 2018, a Rússia também recebeu a Copa do Mundo.

Naquele momento, observa-se que os eventos esportivos, não são apenas esportivos, mas fazem parte da cadeia global de produtos e serviços. Deste modo, para realização desses megaeventos em países emergentes, argumenta-se que eles alavancam a economia, além disso, sua realização trata-se da necessidade de afirmação do novo papel dos BRICS no sistema internacional, uma oportunidade de se firmarem como grandes centros globais, cosmopolitas e plenamente integrados aos fluxos de bens, serviços e pessoas. (NERI, 2012).

Neri (2012) salienta que, as “pesquisas recentes apontaram que o impacto dos megaeventos na renda, emprego e impostos não são significativos”. Porém, há outros efeitos, como “o incremento no valor da propriedade imobiliária, os incentivos à indústria do turismo, os ganhos de valor imaterial”.

Outro autor que aponta os impactos proporcionados pelos megaeventos é Proni (2014). Ele destaca outros impactos dos megaeventos:

A realização de torneios esportivos pode ter efeitos positivos sobre a economia de um município ou mesmo de um país (no caso de um megaevento como a Copa). Tais efeitos são gerados principalmente pelos estímulos à demanda agregada. Para estimar os impactos econômicos do Mundial, é preciso considerar diversos fatores, tais como: 1) os gastos na construção ou reforma das arenas; 2) os investimentos em obras de infraestrutura urbana relacionados com o torneio; 3) os empregos diretos e indiretos propiciados por tais atividades; 4) o impulso no fluxo de turistas durante o torneio e nos anos seguintes; 5) o aumento na dívida pública e/ou na arrecadação fiscal. Os efeitos sobre a taxa de inflação e a taxa de câmbio costumam ser pontuais e temporários. Os benefícios são maiores quando o gasto provém majoritariamente do setor privado ou quando o gasto público deixa um legado de valor. O dinheiro movimentado pelo Comitê Organizador Local e pela Fifa – responsável pela produção do espetáculo e pela comercialização do torneio – não produz impactos econômicos significativos no país, mas podem favorecer algumas poucas empresas (nacionais e estrangeiras) (PRONI, 2014).

Dessa forma, os megaeventos possuem grande escala e relevância internacional, atração da mídia global, apelo popular, além de serem vistos como uma forma de oportunidade para alavancar a economia local, a inserção no turismo internacional e deixar grandes legados sociais, esportivos, econômicos para cidades - sedes dos eventos. Deste modo, cada vez mais esses megaeventos são disputados por cidades e países, aumentando a competitividade entre eles.

É importante destacar os impactos provocados pelos grandes eventos esportivos na produção do espaço urbano, conforme demonstraram os estudos de Rodrigues (2013); Mascarenhas (1999, 1999, 2004, 2011, 2013), Gagliardi e Carvalho (2015), como as intervenções urbanas com a retirada da população para construção dos equipamentos para os eventos, a especulação e valorização imobiliária, dentre outros.

Este artigo objetiva analisar a geopolítica e o esporte, como parte das relações de poder, que marcam as competições esportivas, em particular o papel dos BRICS na organização de megaeventos. Para tanto, o artigo baseou-se na revisão bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações, pesquisas em sites do Banco Mundial, da CBF (Confederação Brasileira de



Futebol), FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados), COI (Comitê Olímpico Internacional) e ONU (Organização das Nações Unidas).

O artigo está estruturado, além da introdução e considerações finais, em três seções. Na primeira abordaremos sobre a nova ordem pós-guerra fria, a reconfiguração do sistema internacional de poder e a geopolítica do esporte, destacando a participação dos BRICS. Na segunda seção, abordamos o papel dos BRICS na organização de megaeventos. Na terceira, o futuro dos BRICS na organização de megaeventos.

A NOVA ORDEM PÓS-GUERRA FRIA, A RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE PODER E A GEOPOLÍTICA DO ESPORTE

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), os países vitoriosos do conflito saíram mais fortes do que entraram, EUA (Estados Unidos da América) e ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) se tornaram superpotências dispostas a impor sua própria perspectiva de ordem global, no entanto o resultado foi uma guerra ideológica que assombrava o planeta a cada ameaça entre os países. Os capitalistas e socialistas, dividiram o globo em dois grandes blocos, e por 45 anos protagonizaram uma ordem global bipolar.

Ao final da década de 1980, o mundo testemunhou o fim da ordem bipolar capitaneada pelos EUA e ex-URSS, proporcionando o surgimento de novos atores no sistema internacional de poder. E ainda, com o processo de globalização surgem novas competições entre as novas economias internacionais, entre elas os países emergentes, sendo configurado como nova ordem multipolar.

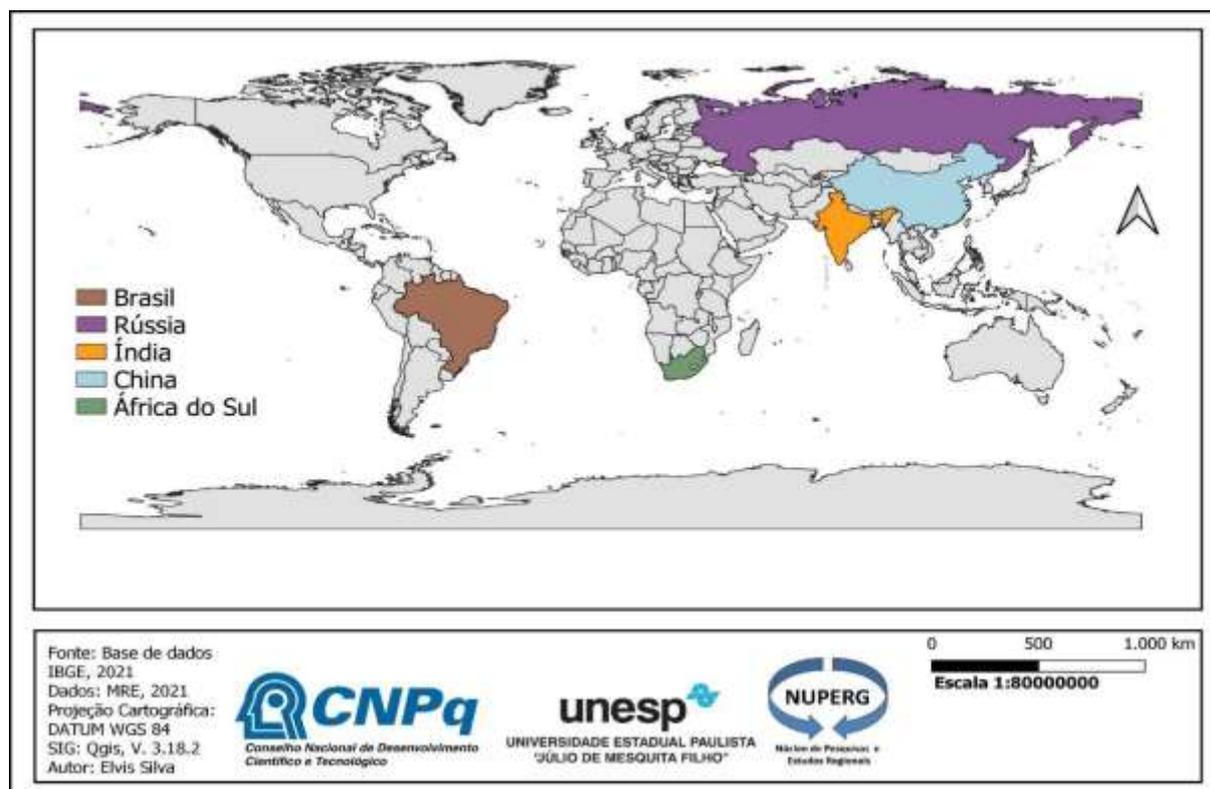
Observa-se como o esporte foi usado como aparelho geopolítico por todo o século XX, pelas grandes potências como os EUA, Alemanha, URSS, Reino Unido, entre outros. Tal fato, era evidenciado através da disputa pelos primeiros lugares do quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos, durante todo o período Guerra Fria, entre EUA (denominado primeiro mundo), URSS (segundo mundo), enquanto os países periféricos, na época, denominado de terceiro mundo não possuíam protagonismo. Um reflexo das políticas públicas e programa de incentivos ao esportes de cada um dos países.

A Nova Ordem Mundial desenhada após o fim da Guerra Fria, com o protagonismo estadunidense, desenhava-se como unipolar, no entanto, depois de trinta anos pudemos observar, que o vácuo de poder deixado pela URSS foi ocupado por outros países de liderança regional, com características emergentes, assim a nova ordem demonstrou sua natureza multipolar.

A economia mundial vem passando por diversas mudanças nos últimos anos, entre elas, a ascensão econômica de alguns países, como Brasil, China, Índia e África do Sul, denominados de BRICS (figura 1).



Figura 1. Localização dos países membros dos BRICS



Fonte: IBGE, 2021

Esses países possuem grande área territorial, sendo eles três dos cinco maiores em extensão territorial. Classificados como: Rússia (1°), China (3°) e Brasil (5°). Somando os países do grupo, temos uma população de aproximadamente 3,1 bilhões de pessoas, que são aproximadamente 40% de todo o mercado consumidor concentrado nesses países (BANCO MUNDIAL, 2019), destacando o poder comercial deste conjunto de países.

A tabela 1 mostra os indicadores socioeconômicos dos países dos BRICS. A China aparece como a primeira em número de habitantes, no PIB, nas exportações, porém no índice de desenvolvimento humano, Rússia aparece em primeiro lugar. O grupo de países representa quase $\frac{1}{4}$ da economia global, quase metade da população mundial, 20% da superfície terrestre, recursos naturais abundantes e economias diversificadas com elevado ritmo de crescimento. Vale destacar que o Brasil a partir de 2014 após crise política - econômica mantém-se em decréscimo em sua economia. Já em 2020 com a crise financeira e pandemia do coronavírus (SARS- Cov-2) todos os países tiveram queda no seu crescimento.



Tabela 1. Indicadores Socioeconômicos dos BRICS

Indicadores socioeconômicos por países – BRICS - 2019	
Países-membros	Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul
PIB (Produto Interno Bruto)	US\$ 21,067 Trilhões
% Participação no PIB mundial	24,04%
População	3,178 bilhões de habitantes
% Participação na população mundial	41,50%
Exportações totais	US\$ 4,021 Trilhões
% Participação nas exportações mundiais	16,20%
Importações totais	US\$ 3,80 Trilhões
% Participação nas importações mundiais	15,60%
Saldo comercial	US\$ 503 Bilhões

Fonte: Banco Mundial, 2019.

Diante da importância que os países dos BRICS vêm assumindo no mundo, Ansani (2016) afirma que esses países são cotados para “assumir o papel de líderes mundiais no século XXI em diversas frentes e conseqüentemente mudar a vigente ordem da governança global” (ANSANI, 2016, p. 4).

Nesse sentido, para o aumento de influência e poder, os agentes apropriam-se de ferramentas para alcançar objetivos, Nye (2002), estabelece três novos termos, sendo um deles o Poder Brando (*Soft Power*), Poder Bruto (*Hard Power*) e o Poder Inteligente (*Smart Power*). O Poder Brando ou *Soft Power*, segundo o autor, é a habilidade de atingir seus objetivos por meio da atração, ao invés da coerção ou de pagamento de subornos. Este poder de atração emerge através dos elementos culturais, os valores, ideais e das políticas propostas por um país (NYE, 2004).

Já o Poder Bruto ou *Hard Power*, é a capacidade de um país atingir seus objetivos através dos meios militares ou econômicos, por meio de coerção e pagamentos de subornos. Esse poder surge através de guerras e boicotes econômicos (NYE, 2004; 2002).

Por fim, o Poder Inteligente ou *Smart Power* de acordo com Armitage e Nye (2004; 2007; 2011) consiste no uso da diplomacia, persuasão, capacitação, projeção de poder e influência, a partir de uma estratégia na qual possua rentabilidade e, principalmente, seja legítima como políticas sociais.

Nessa direção de análise, Ansani (2016) afirma que, o Brasil possui a posição de líder na América do Sul, mantinha boas relações com países da América Central e africanos não árabes e trabalha para uma expansão para atingir o controle do Atlântico Sul, atingindo seu potencial geopolítico de líder mundial através do *soft Power*, entretanto são posições que atualmente estão sendo reconsideradas pelo atual governo do Brasil (Iniciado em 2019). Esse cenário foi alterado após o impeachment da Presidente Dilma, em 2016 e com o atual presidente Jair Bolsonaro, as relações entre os países como Argentina, Bolívia, Venezuela tem sido de divergência. Houve alteração na política externa brasileira que buscava a cooperação sul-sul e



multilateralismo, uma política ativa e altiva, que foi conduzida pelo ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

No período até a ruptura do projeto de liderança, o Brasil reafirmava e intensifica suas posições de poder, todavia ainda possui uma posição de destaque regional (latino-americana) em meio a sua alta produtividade econômica (PIB), maioria da população do continente e o maior em extensão territorial, sendo atributos determinantes que fortalecem a posição brasileira para exercer sua soberania e atuar como líder regional.

A **Rússia**, que já teve um papel de líder mundial enquanto foi parte da Ex-URSS, hoje busca retomar a posição de destaque. Mesmo após a fragmentação e associação de ex-repúblicas soviéticas à UE (União Europeia), ainda possui influência sobre os demais países que foram soviéticos e faz oposição a União Europeia, assim como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), através da CEI (Comunidade dos Estados Independentes²), buscando reafirmar sua posição geopolítica no Mar Negro, impedindo a expansão ocidental no leste europeu e impondo seu poder de influência no Oriente Médio, rivalizando com os EUA e com grupos paramilitares dominantes da região, através não somente do soft Power, como também do hard Power, como afirma Costa (2015).

Da perspectiva geopolítica, entretanto, o mais relevante nessa empreitada é a retomada do crucial objetivo estratégico nacional que é o de conter por todos os meios - e se necessário confrontar militarmente - os avanços dos EUA/OTAN e seus aliados ocidentais e orientais na direção das suas tradicionais áreas de influência geopolítica (COSTA, 2015).

A **Índia** também busca seu espaço, mas tem rivais de peso próximos do seu território, China e Rússia, que ainda estão iniciando seu projeto de propagação de poder por meio do soft Power. A Cultura indiana é rica e milenar, com tradições firmes e longínquas. Historicamente a sua cultura foi propagada pela Ásia, principalmente pelo sudeste asiático, e são fatores que ainda se mantêm principalmente através da indústria cinematográfica, Bollywood, que é a segunda maior do planeta, atrás apenas da indústria estadunidense.

Outros atributos são a culinária, religião e após o processo de abertura econômica do país, a tecnologia passou a ser uma característica da sociedade indiana, e esses fatores estão sendo amplamente propagados pelo Soft power indiano, como Blarel (2012) demonstra:

In the last decade, Indian diplomats have started emphasising the appealing and also ‘familiar’ nature of India’s culture. India has a long history of civilisational and cultural links with countries in Central Asia, South-East Asia and the Middle-East (BLAREL, 2012, p. 28)³

Entretanto, uma das poucas demonstrações do Hard Power indiano, foi a não adesão ao tratado de proliferação de armas nucleares, aliado da política de produção de armas nucleares para intimidar seu vizinho e rival, Paquistão (civilização islâmica), que adotou uma política similar para conter os indianos.

² Países-Membros da CEI criado após o fim da URSS: Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirquístão, Tadjiquístão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequestão, em 1991 e Geórgia e Azerbaidjão, a partir 1993.

³ Na última década, os diplomatas indianos começaram a enfatizar a atração e também a natureza familiar da cultura indiana. A Índia tem uma longa história de vínculos civilizacionais e culturais com países da Ásia Central, Sudeste Asiático e Oriente Médio” (BLAREL, 2012, p. 28, Tradução Nossa).



O Estado indiano faz uma conciliação entre o Soft Power e o Hard Power, dando mais ênfase no Soft Power e ocasionando no Smart Power indiano, trabalhando de forma forte e intensa usando a diplomacia e seus atributos socioculturais, conforme afirma Blarel (2012).

De acordo com Blarel (2012):

The resolution of this debate will determine how India finds a right mix between soft and hard power in order to achieve real influence, or what Nye, and many in the Obama administration, in particular Hillary Clinton, have termed 'smart power' (BLAREL, 2012, p. 33)⁴.

A **China** faz parte da civilização sínica e é fronteira com a budista, islâmica, nipônica, ortodoxa e a ocidental, o país tem um projeto iniciado nos anos 1970, para se tornar a maior potência global em um longo prazo, passados 40 anos a China é uma potência econômica e vem trabalhando para ser também uma grande referência cultural global. O grande projeto do governo chinês foi difundido de forma errônea globalmente como a "ameaça da China", por outro lado, Pequim tenta através do Soft Power reverter a imagem atribuída ao país durante décadas.

Assim, "Como um poder em ascensão, a China pode usar esse extraordinário instrumento que é, em essência, o soft power, mesmo que seja muito mais sutil e discreto do que o hard power" (DUARTE, 2012, p. 523).

Após os atentados do 11 de setembro, os EUA direcionaram seus esforços no Oriente Médio para o combate a guerra do terror, com isso a China teve espaço para estreitar relações com países da África subsaariana como Angola, Sudão do Sul, Moçambique e América Latina, como Chile, Bolívia, Peru e Brasil.

As novas alianças com o país que, atualmente é a 2ª maior economia global, traz materialidade a nova rota da seda, o atual megaprojeto chinês para melhorar a conectividade do país com as demais regiões do globo e ter mais controle sobre o comércio global, diminuindo a dependência do Canal de Suez (Egito) e do Estreito de Malaca (Malásia), para isso faz investimentos em projetos de infraestrutura nos países aliados, através de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, entre outros.

A **África do Sul** passava por um momento transitório de reformulação de Estado, com o fim das políticas raciais, o apartheid, junto da sua estratégica de hard power, o país é ainda o único a desenvolver uma bomba nuclear e desativar seu programa nuclear para fins bélicos. O fim oficial do regime iniciou-se após um referendo em 1992, dando início ao processo de reconciliação e união da África do Sul, posteriormente consolidando Nelson Mandela como novo presidente do país, em 1994. O país que durante décadas teve sua imagem atrelada ao racismo, agora tinha a missão de desconstruir este conceito.

Ambos fatores foram determinantes para que o país escolhesse ampliar sua influência de poder regional e internacional, reformulando a antiga imagem que o país possuía (MANDUCA e PINTO, 2014).

⁴ A resolução desse debate determinará como a Índia encontrará uma combinação certa entre o poder brando e o forte para alcançar uma influência real, ou o que Nye e muitos na administração Obama, em particular Hillary Clinton, denominaram "poder inteligente" (BLAREL, 2012, p. 33, Tradução Nossa).



A criação de regimes internacionais, tanto regionais como internacionais, abriu espaço para uma nova esfera exercer poder, e isso foi fundamental para Brasil e África do Sul. Mercosul, União Africana, BRICS e IBAS, surgem como alternativas preciosas para a construção da influência internacional desses países; A ênfase nos anos 90 e 2000 do diálogo Sul-Sul, como sendo essencial mostrou ao Brasil e África do Sul, que era possível ser uma liderança, mas que para isso era preciso forjar um novo meio de liderar e ter poder no espaço internacional, e o Smart Power surgiu como essa opção, principalmente nas questões econômicas e de desenvolvimento que são tão caras aos países em questão e aos seus vizinhos e zonas de influência direta (MANDUCA; PINTO, 2014, p. 10).

Como demonstrado pelo autor, a África do Sul se internacionalizou e expandiu suas relações de poder de forma regional, ou seja, entre os países africanos através da reaproximação da União Africana e diante de suas novas estratégias econômicas. Ao mesmo tempo intensifica as relações sul-sul com os próprios africanos e os latino-americanos, como o Brasil, diante o vácuo de poder deixado pela URSS e a perda de influência estadunidense, após a invasão do Iraque em 2003, sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Passados trinta anos, a África do Sul se estabeleceu como líder regional no continente africano e possui relevância como um player global, esse fato é refletido no esporte. Em 1997, a Cidade do Cabo foi uma das candidatas a ser sede dos Jogos Olímpicos de Verão (2004), sendo derrotada por Atenas, e foi sede da Copa do Mundo de Futebol Masculino (2010).

Dos cinco países, China e Rússia se fazem presentes e permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto Brasil e Índia buscam seu lugar de forma permanente no grupo, para isso participam do G4, grupo do qual Brasil, Índia, Alemanha e Japão fazem parte, visando buscar de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Conforme demonstrado de forma resumida, cada país dos BRICS possui influência regional.

OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS DOS ANOS 2000 ATÉ 2020

As práticas esportivas acompanham a história da humanidade e em cada momento desempenham papéis significativos para povos e Estados. As primeiras Olimpíadas surgiram na Grécia Antiga, em meados de 776 A. C, com propósito religioso e de união entre os povos gregos, quando a Grécia ainda era berço da civilização (RUBIO, 2002). Diante as invasões e a desmembração dos povos, a cultura grega perdeu força e parte dela foi apropriada pelos romanos.

Com a ascensão do catolicismo e sua influência sob Imperadores Romanos, os Jogos Olímpicos foram banidos por serem considerados rituais pagãos. O hiato das competições durou aproximadamente 1500 anos, até que, motivado pelos ideais gregos, simultaneamente com a sistematização dos esportes, o COI, liderado pelo Barão de Coubertin, recriou as competições em 1896, realizando assim a 1ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna em seu país de origem. Apesar de falhas iniciais e alguns problemas de organização, as competições foram se tornando um evento de sucesso e prestígio.

Paralelamente, um novo esporte estava se desenvolvendo e popularizando no mundo, o futebol, que, aliado ao sucesso do esporte nos Jogos Olímpicos, levou a FIFA a criar a Copa do



Mundo de Futebol Masculino em 1930, competição esta que rapidamente ganhou esqueleto e força, em reflexo às proporções que o futebol estava atingindo. Indo contra aos ideais gregos, as Olimpíadas não foram realizadas durante a Primeira Grande Guerra (1914 – 1918) e a Segunda Grande Guerra (1939 – 1945), enquanto a Copa do Mundo de Futebol Masculino não aconteceu durante este último conflito.

Os eventos ganham proporções e magnitudes planetárias em diversas frentes, sendo elas: econômicas, sociais, diplomáticas, geopolíticas, entre outras. Durante o período de instalação das competições, desenvolvimento e até os dias atuais, diversos governos e líderes de estados usufruíram do esporte e das competições como aparelhos geopolíticos e de propaganda de autopromoção perante outros Estados.

No século XXI, alguns países emergentes em busca de ascensão socioeconômica e geopolítica formaram uma aliança comercial formal, denominada pelo acrônimo dos mesmos, BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). Esses países são caracterizados pelo crescimento econômico, além da intensificação do potencial geopolítico neste século e aliado as grandes magnitudes dos megaeventos, que utilizam o esporte como aparelho geopolítico, como demonstrado por Boniface (2014).

[...] la désignation de Pékin en 2008 ou de Rio en 2016 sont très clairement à replacer dans une logique symbolique – à savoir l'organisation d'un événement de cette importance pour la première fois dans ces pays. Cette décision vient aussi sanctionner une vitalité économique, une émergence sur la scène politique internationale. Il est aussi intéressant de noter qu'en 8 ans, les BRICS auront accueilli 3 Jeux olympiques, et 5 Jeux olympiques/Coupe du monde en 10 ans (BONIFACE, 2014, p. 74)⁵.

A primeira condição é que o país deve estar em paz, livre de quaisquer problemas internos, diplomáticos de forma maior e livre de surtos patológicos. A próxima etapa é se candidatar a eventos menores, torneios de jogos de finais únicas, demonstrando habilidades políticas e capacidades de organização dos eventos. Obtendo sucesso nessa etapa, o país se candidata a eventos de proporções médias, geralmente de abrangência regional ou continental. Por fim, aspira os grandes eventos.

Paralelamente, a cidade - país sede trabalha na sua autopromoção através do *Citymarketing*, quando são vendidas como se fosse mercadorias, encobrindo problemas socioeconômicos, buscando melhorar sua identidade perante o mundo, atendendo aos interesses das ONGI's (Organização Não Governamental Internacional) e da iniciativa privada (RODRIGUES, 2007); (MASCARENHAS, 2007; 2013). As transmissões audiovisuais, neste contexto de globalização, demonstram-se peça fundamental, uma vez que é responsável pelo aumento do alcance e impulsionamento da cultura, massivamente propagado pela mídia, assim provocam o fortalecimento dos sentimentos nacionalistas e de pertencimento de Nação, no entanto o ufanismo pode ser estimulado quando de interesse dos governos. Nessa direção, Coelho (2004) assevera que:

⁵ A escolha de Pequim em 2008 ou do Rio em 2016 são muito claras para ser colocado em uma lógica simbólica – ou seja, a organização de um evento dessa importância pela primeira vez nesses países. Esta decisão também sanciona a vitalidade econômica, um emergente no cenário político internacional. Isso é também interessante notar que, em 8 anos, o BRICS terá sediado 3 Jogos Olímpicos, e 5 Olimpíadas/Copa do Mundo em 10 anos (BONIFACE, 2014, p. 74, Tradução Nossa).



Basta-nos saber que cada um de nós é um pouco (mais) nacionalista quando a nossa selecção de futebol se encontra em competição. Isto porque o futebol permite cumprir os objectivos do nacionalismo: a afirmação e celebração da unidade nacional e a diferença perante as outras identidades. Tal situação conduz a que os encontros de futebol internacional constituam ocasião única para o inevitável «ondular» da bandeira, seguindo o senso comum dominante de que é o prestígio do país e o orgulho pátrio dos seus habitantes que está em jogo. Não é por acaso que os estádios são os únicos locais onde encontramos regularmente milhares de pessoas a cantar, a plenos pulmões, o hino nacional em uníssonos (COELHO, 2004, p. 121).

A opinião do turista é determinante na transformação de conceitos sobre os países, pois em grande parte, apenas visualiza os aspectos positivos exacerbados das cidades que ocorrem as partidas, pelo curto período em que fica no local ou pela ocultação dos aspectos negativos por parte dos governantes e após retornarem a seus países de origem espalham as experiências e constatações que tiveram.

O crescimento econômico da primeira década dos anos 2000 em alguns países, considerado emergentes parece revelar também uma disputa de poder por meio da geopolítica do esporte. Contudo, a disputa para sediar um megaevento, seja Copa do Mundo ou Olimpíadas revela uma disputa de poder entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento, principalmente após o crescimento da China como nova economia no sistema mundial.

Neste contexto, já apareciam entre as candidatas para escolha da sede das Olimpíadas, em 2004, os países emergentes ou potências regionais. O processo de escolha da cidade sede para 2004 foi surpreendente por terem onze candidatas, entre elas o Rio de Janeiro (Brasil), São Petersburgo (Rússia) e Cidade do Cabo (África do Sul). Mesmo com a difícil competição, a proposta vencedora foi Atenas.

Assim como no caso sul-africano, o Brasil também atravessou por um momento de reformulação do Estado, neste caso, a implementação do Estado Democrático de Direito, embalado pelo contexto sul-americano de redemocratização, ocorrido a partir da década de 1980, partindo de um país do "terceiro mundo" para a sua inserção como *player* global, como demonstra Manduca e Pinto (2014):

Na década de 90 tanto Brasil como África do Sul, passavam por uma reformulação de sua identidade enquanto Estado, ao mesmo tempo que o mundo vivia a criação de uma nova ordem mundial com o fim da bipolaridade da guerra-fria. Esses dois fatores serviram para dar aos Países em questão uma nova conotação para sua inserção regional e internacional, trazendo a possibilidade de que se reconstruísem com fontes de poder alternativos (MANDUCA; PINTO, 2014, p. 10).

Neste século, o Brasil, desejando uma mudança de patamar na comunidade Internacional, intensificou sua influência geopolítica participando dos BRICS, articulando acordos com o G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), além de utilizar-se de diversas outras alianças. Paralelamente, o país investiu no esporte para melhorar sua colocação nos quadros de medalhas, principalmente nas Olimpíadas, e intensificou a organização dos eventos, passando por todas as etapas, já mencionadas. No período, o país sediou as duas maiores competições do mundo (Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino e os XXI Jogos Olímpicos), ficando em evidência global.



Ainda em 2014, a XX Copa do Mundo de Futebol Masculino, foi realizada no Brasil, que passou por um “tsunami esportivo”. Como disse o Presidente do CONEF, em 2010 “O Brasil está envolto em um verdadeiro tsunami esportivo” (MASCARENHAS, 2012, p. 56).

Nessa direção, Ventura (2010) afirma que:

Le Brésil a utilisé le prestige de son football national pour obtenir l'organisation de la Coupe du Monde 2014. Traditionnellement, l'organisation de la Coupe du Monde de football joue un rôle important de propagande pour le pays hôte. On peut rappeler l'exemple de l'Italie de Mussolini en 1934 ou celui de la junte militaire argentine en 1978. L'accueil de la Coupe du Monde peut avoir un rôle symbolique fort, comme par exemple l'organisation conjointe de l'événement par le Japon et la Corée du Sud en 2002, alors que ces pays ont un contentieux historique fort (VENTURA, 2010, p. 10)⁶.

A primeira tentativa de organizar um megaevento desde 1963, foi a candidatura da cidade de Brasília para os Jogos Olímpicos de 2000 e Rio de Janeiro em 2004, ambos sem sucesso, o que levou o país a pleitear eventos menores para demonstrar capacidade de organização e estabilidade. O “Tsunami esportivo” tem início com a Copa do Mundo de Clubes da FIFA (2000), passando pelos Jogos Sul-americanos (2002), os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares em 2011, entre outros. O país ganhou força nas candidaturas para eventos maiores, como Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, esta última com o slogan “Um mundo novo”. Desta forma, o Brasil desejava se rerepresentar ao mundo, como um país em ascensão socioeconômica, buscando incentivar seu turismo e a sua integração junto aos demais sul-americanos, almejando uma posição de potência regional, com relevância na Comunidade Internacional. Como demonstrado no discurso do então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva: "Deixamos de ser um país de segunda classe. Ganhamos a cidadania internacional".

A participação estatal e o envolvimento governamental na candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede olímpica se definem, em certa medida, a partir da vontade e decisão política do chefe de Estado e de governo, o presidente Lula. Houve um investimento pessoal de Lula na candidatura, motivado tanto por sua paixão pelo esporte, como pela percepção da importância dos Jogos no plano das relações externas e concorrência global. O projeto Rio 2016 associava-se à perspectiva de transformação e mobilidade da nação, por isso o seu engajamento. [...] No entanto, para além da vontade e empenho do líder e do mito, a candidatura olímpica está articulada a um projeto mais geral de desenvolvimento nacional, matizado pelo reposicionamento do país na geopolítica mundial e recuperação do papel do Estado (MASCARENHAS, 2012, p. 44).

No contexto da escolha (ano de 2009), o Brasil era a 8º maior econômica global, estava em constante ascensão socioeconômica. Buscava a expansão das relações internacionais, como

⁶ O Brasil usou o prestígio de seu futebol nacional para organizar a Copa do Mundo de 2014. Tradicionalmente, a organização da Copa do Mundo tem desempenhado um importante papel de propaganda para o país anfitrião. Podemos lembrar o exemplo da Itália de Mussolini em 1934 ou da junta militar argentina em 1978. A organização da Copa do Mundo pode ter um forte papel simbólico, como a organização conjunta do evento pelo Japão e Coreia do Sul em 2002, quando esses países têm uma forte disputa histórica (VENTURA, 2010, p. 10, Tradução Nossa).



a inserção nos BRICS, G20⁷, na UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e pleiteava um assento permanente no conselho de segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), formalizando o G4, conseqüentemente aumentando o poder de influência e hegemonia do Estado brasileiro, buscando espaço na nova ordem multipolar.

A audiência da abertura da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 teve um alcance de aproximadamente 3,2 bilhões de pessoas (LEITE, 2016), o que demonstra o potencial de alcance global, considerada uma vitrine global para os agentes internacionais, podendo ser usado como um instrumento geopolítico.

Com uma estimativa de aumento no PIB, em 22 bilhões de reais até 2016, no período até 2027 atingindo 27 bilhões de reais, e com investimentos de cerca de 100 bilhões de reais, houve um impulsionamento em algumas áreas da economia, como a hoteleira, infraestrutura, as telecomunicações, entre outras (LEITE, 2016).

A característica do projeto de propagação de poder de Estado brasileiro tem o *soft power* como principal ferramenta, todavia o *hard power* é ocasionalmente acionado, não o suficiente para classifica-lo como “smart power”. Foram colocadas em circulação moedas comemorativas das Olimpíadas, tais medidas demonstram o que foi dito acima, o capital (*hard power*) foi correlacionado com o *soft power*, evidenciando a geopolítica do dinheiro como ferramenta de controle e domínio da população.

Diante de um objetivo semelhante ao de 1950, feito por Getúlio Vargas, e executado por outro Presidente. Em 2014, durante a Copa do Mundo, Lula da Silva não era mais o líder de estado brasileiro, dando lugar à Dilma Rousseff, dando continuidade aos seus projetos de desenvolvimento nacional.

Em 2016, a então Presidente Dilma Rousseff sofre o processo de impeachment antes da realização dos Jogos Olímpicos, sendo seu vice-presidente o anfitrião da competição. Em meio a problemas políticos, econômicos e sociais, ainda se discute se os objetivos esportivos traçados por Lula da Silva na última década, foram atingidos com eficácia, assim como houve o questionamento sobre a rentabilidade, o seu custo benéfico e legado.

O Brasil exerceu o papel de líder regional latino-americano. O poder de sua influência é perceptível no esporte, uma vez que o país é referência sul-americana em grande parte dos esportes olímpicos e paraolímpicos, se mantém como o maior ganhador de medalhas do subcontinente há mais de 6 edições. Na América latina, se iguala ao México, mas no Hemisfério Sul, é o único a sediar ao menos uma edição da Copa do Mundo de Futebol Masculino e dos Jogos Olímpicos, ficando à frente da Austrália, país de características da relação norte-norte.

A Rússia, na tentativa em recuperar seu lugar entre as superpotências, assim como a China, investe em esportes. Sua primeira tentativa na realização de grandes eventos esportivos desde 1980, foram os Jogos Olímpicos de 2004, quando a cidade de São Petersburgo sequer foi qualificada para a segunda fase do processo seletivo, as alternativas foram angariar os Jogos Olímpicos de Inverno (2014) e a Copa do Mundo FIFA (2018). Paralelamente, os megaeventos, foram tratados como de grande importância para o governo russo, que pretendia usar os jogos

⁷ Países membros do G 20: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, República da Coreia, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Europeia.



como propaganda da nova Rússia, agora capitalista, e com a prioridade de recuperar sua soberania geopolítica e a hegemonia esportiva de resultados, a qualquer preço.

A cidade de Sochi foi totalmente remodelada para os jogos e investimentos foram feitos sem esforços, já que a mesma também seria usada como uma das sedes para a Copa do Mundo (2018). A nova infraestrutura da região, a trouxe ao mapa do turismo, uma cidade que era de pouca representatividade deste setor e agora é o destino internacional de diversos megaeventos todos os anos e um destinado de férias relevante.

O investimento de 55 bilhões de USD, é 4,5 vezes maior que o valor proposto originalmente, do qual 96,5% é financiamento público (MULLER, 2015), o valor é mais que o dobro dos custos da Rio 2016 e da Copa de 2014, em uma cidade de 500 mil habitantes, as margens do Mar Negro tinha o objetivo de incentivar o desenvolvimento regional através do turismo e aumentar sua influência nesta área, portanto foi uma decisão geopolítica.

Podemos destacar que a localização estratégica da cidade, situando-se a próxima da Península da Criméia a noroeste (Aproximadamente 500 quilômetros) e a sudeste a Abecásia (menos de 100 quilômetros), Ossétia do Sul (aproximadamente 500 quilômetros) e Tbilisi, capital da Geórgia (aproximadamente 500 quilômetros), é cercada por parques nacionais florestais, a Cordilheira do Cáucaso e o Mar Negro, então desenvolver Sochi e as infraestruturas mais relevantes da região, permitia melhorar a logística, de escoar a produção das demais áreas russas separadas pela cordilheira, para o Mar Negro, como também permite maior agilidade de resposta militar no Cáucaso e no Mar de Azov.

A geopolítica do dinheiro é mais explorada na Rússia que no Brasil. Criam-se moedas comemorativas em maior frequência, como as recém lançadas, que homenageiam os profissionais da saúde que vem atuando no combate ao novo *coronavírus*. Para os megaeventos, foram feitas edições comemorativas para as Olimpíadas (2014), a Copa do Mundo FIFA (2018) e as Universíadas de Verão (2013) e Inverno (2019).

Ser o primeiro colocado no quadro de medalhas, competindo em casa, era o cenário ideal para qualquer país, o êxito dos russos fez com que a suspeita de que haviam atletas sob o uso de doping.

Para alcançar resultados positivos e expressivos próximos dos da antiga ex-URSS, o Governo Nacional, alterou amostras, banco de dados, destruição de informações e fez toda a articulação através do serviço secreto para enganar as investigações de doping feitas pelos órgãos internacionais. Em 2019, a WADA (Agência Mundial Antidoping – em inglês) puniu o país, por quatro anos, assim os atletas russos apenas poderiam disputar sob bandeira neutra, não puderam usar seu nome ou qualquer outro símbolo nacional, apenas as cores. Vários atletas russos apenas puderam disputar os Jogos Rio 2016 e os Jogos de Inverno de 2018, se pudessem provar que não tinham relações o esquema. Sob bandeira neutra, em Tóquio (2021) competiram sob o nome de ROC (Comitê Olímpico Russo – em inglês), não poderão participar da Copa do Mundo do Catar (2022) e não podem organizar ou pleitear nenhum evento de magnitude mundial (TRITUNAL ARBRITAL DO ESPORTE, 2020).

Para a Copa do Mundo (2018), houve uma abertura maior por parte do governo, que não aconteceu em Sochi (2014), turistas tinham liberdade para manifestações políticas, como o uso



de bandeiras nacionais de seus países nas ruas. Entretanto, manifestações homoafetivas eram apenas advertidas, ambas atitudes são proibidas na Rússia.

Outro aspecto polêmico desta edição foi a possível compra de votos do governo russo para que pudesse sediar o torneio em 2018, assim como a edição de 2022 (Catar). Após uma investigação descredibilizada da FIFA, o FBI iniciou uma investigação própria e constatou a compra e venda de votos mediada por vários membros da FIFA e de suas associações membros, entre eles alguns brasileiros, como o ex-presidente da entidade, João Havelange. O episódio conhecido como Fifa Gate, fez com que vários dos investigados fossem presos em 2015 sob a acusação de corrupção, lavagem de dinheiro, entre outras. A investigação do FBI, é vista como uma possível retaliação a FIFA por terem aceitado e compactuado com a Copa em território russo, assim como a punição da WADA, seriam na verdade uma punição pela invasão da Criméia.

Por sua vez, os russos buscam o espaço perdido após o fim da URSS, tanto no âmbito geopolítico como no esportivo, para isso estão sediando diversos eventos e estão se envolvendo em diversos conflitos geopolíticos (com Ucrânia, em 2014, Síria, em 2015, entre outros). Sempre com posições firmes e unilaterais, a Rússia volta a conquistar uma autonomia.

O *smart power* esportivo **indiano** não é tão frequente quanto de Rússia, mas possui relevância, desde a abertura econômica do país (1990), o país aderiu a mais eventos que no período anterior, mas destacamos a Copa do Mundo de Críquete (1996), (2011) e (2013), Jogos Afro-asiáticos (2003), Jogos da Comunidade Britânica (2010), no qual foram criadas moedas comemorativas, Jogos da Lusofonia (2014) e o Grande Prêmio de Formula 1 (2011, 2012 e 2013).

Apesar do críquete ser um dos esportes mais populares do mundo, ainda é pouco popular nos países que não fazem ou fizeram parte da Comunidade Britânica, assim a Índia busca sediar uma Olimpíada e/ou uma Copa do Mundo FIFA no médio/longo prazo.

O país está em estágio atrás do Brasil, Rússia, China e África do Sul, que já sediaram Copas do Mundo de Futebol Masculino ou Jogos Olímpicos, mas encaminha em seu processo gradual na escala esportiva, sempre aspirando novas e maiores posições de destaque geopolítico. Em 2017, o IOA (Associação Olímpica da Índia), solicitou ao governo do país permissão para declarar interesse em sediar os Jogos Asiáticos de 2030 e os Jogos Olímpicos de 2032, pedido atendido pelo estado indiano. Em 2018, novamente a posição do IOA foi reafirmada ao Comitê Olímpico Internacional, quando também declarou que iria disputar a candidatura aos Jogos Olímpicos de Verão da Juventude de 2026. Nenhuma das candidaturas tiveram êxito, mas demonstram o interesse indiano em fazer parte do cenário esportivo internacional. Os conflitos geopolíticos com o Paquistão ainda são obstáculos para que os objetivos acima sejam concluídos.

Em 2019, a Índia negou visto a dois atletas do país vizinho para participarem de uma etapa da Copa do Mundo de Tiro Esportivo. A atitude causou desconforto no COI, gerando uma retaliação ao país. A ONGI declarou à Índia que as conversas com o país para sediar novos eventos estão suspensas pela atitude diplomática.



Desde modo, a posição do COI, aponta como a entidade esportiva atua como uma organização ativa nas questões geopolíticas, inclusive com sanções e boicotes contra países que não compactuam com os ideais esportivos.

No ano de 2001, a **China** foi inserida no cenário internacional quando passou a integrar a OMC (Organização Mundial de Comércio), também quando foi escolhida para sediar as Olimpíadas (2008). O COI foi criticado, por escolher um país com valores democráticos incompatíveis como os ocidentais, o contra argumento é que os Jogos Olímpicos de Pequim (2008) ajudariam a China a se abrir para o mundo, todavia a abertura foi econômica e não política, representando um marco do peso da China na globalização mundial (BONIFACE, 2014).

Situada entre os países com maior desenvolvimento econômico, mas distante dos modelos ocidentais democráticos, a China, era pouco reconhecida internacionalmente. Esses Jogos Olímpicos, foram o grande marco para que a China expandisse sua influência e cultura, construindo uma nova identidade visual

[...]Mas para ser reconhecida internacionalmente, não bastou a China ficar rica. A questão da civilização cultural do povo chinês é vista como crucial pela comunidade internacional. Justamente por estarem imersos em uma cultura milenar, muitos costumes tradicionais chineses podem ser vistos como “não-civilizados” pelos ocidentais (BORBA 2013 *apud* CHINA.ORG.CN, 2006). Por isso, a população, sobretudo a de Beijing, submeteu-se a um programa de educação civilizada antes dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Governo a fim de mostrar ao mundo a evolução da China durante o evento (BORBA, 2013, p. 38 *apud* EXPRESS ÍNDIA, 2008).

A nação anfitriã tentando mostrar seu desenvolvimento, e a comunidade internacional pregando o respeito aos direitos humanos e às práticas democráticas - que aconteceram os jogos de Beijing, em 2008. Os críticos afirmavam que o evento legitimava o regime opressor da China, e os favoráveis defendiam que o evento aceleraria o processo de liberalização social. Até mesmo o governo de Taiwan apoiou a China, na esperança de obter um maior apoio à sua independência (BORBA, 2013, p. 29).

Corroborando tal afirmação, Boniface (2016, p. 139 - 140) afirma que:

La Chine (2008) et le Brésil (2016) mettent en lumière l'émergence de nouvelles économies dans le système mondial. Le choix de Pékin a suscité de vives réactions, notamment sur la question des droits de l'homme des uns pays contrôlé par un parti unique. La victoire du Brésil et de Rio de Janeiro aux dépens de Chicago malgré le soutien de Barack Obama révèle la volonté du CIO de se préoccuper des pôles émergents. Le Brésil aura à couer de prouver au monde qu'il peut avoir un poids considérable dans les relations internationales. Il bénéficiera d'une double exposition à l'échelle planétaire, les Auriverdes ayant organisé la Coupe du monde de football en 2004 (BONIFACE, 2016, p. 139 – 140)⁸.

⁸A China (2008) e Brasil (2016) destacam o surgimento de novas economias no sistema global. A escolha de Pequim provocou fortes reações, em particular sobre a questão dos direitos humanos em um país controlado por um único partido. A vitória do Brasil e do Rio de Janeiro às custas de Chicago apesar do apoio de Barack Obama revela o desejo do COI de se preocupar com os polos emergentes. O Brasil terá que provar ao mundo que pode ter um peso considerável nas relações internacionais. Ele se beneficiará de uma dupla exposição em escala planetária, com os Auriverdes organizando a Copa do Mundo FIFA de 2004 (BONIFACE, 2016, p. 139 – 140, Tradução Nossa).



Dentre os BRICS, a China é o país que mais organizou megaeventos, o que evidencia as intensões geopolíticas chinesas. Desde os anos 1990, organiza uma variedade de eventos, de diversas naturezas, com amplo destaque para os Jogos Olímpicos de Verão (2008) e os de Inverno (2022), a serem disputados, dos quais moedas comemorativas foram emitidas.

O país é referência no esporte e potência olímpica, sendo destaque no quadro de medalhas, rivalizando com os EUA e ocupando o lugar, que décadas atrás, que era da URSS. No quadro geopolítico, a China buscou o lugar de líder da Ásia, antes ocupado pelo Japão, sempre possui vantagens e aliados para solucionar seus problemas geopolíticos, como o caso Taiwan. A rivalidade com os EUA, não ficam apenas no esporte, apesar de boas relações entre os países, os mesmos vivem uma guerra comercial, além disso, são as duas maiores economias do planeta.

A **África do Sul** tinha por objetivo apagar o passado do regime do *apartheid*, a reconciliação e a união nacional. O país que durante décadas teve sua imagem atrelada ao racismo, agora tinha a missão de desconstruir este conceito, internamente unificou instituições e federações de poder em todas as esferas da sociedade, inclusive no esporte.

Ainda em 1991, surgiu a Associação Sul-Africana de Futebol, sendo um resultado da unificação de múltiplas seleções e federações étnicas existentes no país. Internacionalmente, para atingir tal objetivo, o megaeventos foram amplamente incentivados no país sul-africano.

Com o fim do *apartheid*, o país voltou ao calendário esportivo continental, uma vez que sofria um intenso boicote dos demais países vizinhos do continente, o primeiro megaevento sediado foi a Copa do Mundo de *Rugby League* (1995), o rúgbi é um dos esportes mais populares do país, ao lado do críquete e o futebol, sediar o torneio e ainda vencê-lo, foi essencial para fortalecer e intensificar a identificação dos diversos povos e etnias em um propósito geral, de ser uma única unidade nacional, à África do Sul.

Na edição XX da CAN (Copa Africana de Nações), a África do Sul foi prestigiada pelo retorno simbólico ao futebol em 1996, e pela primeira vez a equipe *Bafana Bafana*⁹ conquistou o torneio continental. A volta do país ao futebol, ao receber a CAN de 1996, foi um precedente para que fosse criado a COSAFA (Conselho das Associações de Futebol da África Austral), membro e braço da CAF, no sul do continente e a Copa COPASA, essa disputada pelo membros da mesma.

Em 1999, o país acolheu outro evento de integração continental na África do Sul, os Jogos Pan-Africanos, com o quadro de medalhas liderados pelo país sede. Em 2003, os sul-africanos sediaram outro megaevento de um esporte popular, a Copa do Mundo de Críquete, em conjunto com Zimbabwe e Quênia.

Depois tentar ser sede dos Jogos Olímpicos de 2004, sem sucesso, o país conseguiu pleitear a organização de um megaevento, para que as pessoas pudessem conhecer suas realidades multiculturais, a economia em desenvolvimento e o legado deixado por Nelson Mandela, através da Copa das Confederações (2009) e no ano seguinte se tornou o primeiro país do continente a sediar a Copa do Mundo de Futebol Masculino, consolidando este período

⁹ Apelido de origem Zulu da seleção nacional de futebol, significa: os garotos



da busca pela unificação nacional da África do Sul e a reconstrução da opinião entre a comunidade internacional.

As moedas comemorativas para a Copa do Mundo (2010), foram mais uma vez etapa do ciclo esportivo, evidenciando a importância do papel do dinheiro na aceitação popular dos megaeventos.

Diante de uma Olimpíada em um país emergente, a Copa do Mundo de Futebol masculino foi ao continente africano, tornando a África do Sul (2010) o primeiro país do continente a sediar um evento esportivo dessa magnitude. Foi um processo iniciado após o fim das políticas raciais, o apartheid.

Nessa direção, o esporte na África do Sul, vem modificando sua postura diplomática e social, em direção oposta as políticas do apartheid. Antes um período no qual o país se isolou dos outros do continente africano e de líderes mundiais em suporte as políticas racistas, gerando diversas desigualdades.

A legitimidade das ONGI's são embasadas no monopólio, que as mesmas possuem do controle dos esportes e no poder econômico dos eventos por elas organizados. Houveram tentativas de organizações de competições paralelas aos Jogos Olímpicos, como os Jogos Olímpicos dos Trabalhadores, porém nenhuma delas obteve sucesso similar. Com a Copa do Mundo de Futebol não tem sido diferente, em 2014, a CONIFA (Confederação de Futebol de Associações Independentes) organizou a primeira Copa do Mundo CONIFA de futebol masculino, esta composta apenas por membros que são nações, dependências, estados não reconhecidos, minorias, povos sem estado, regiões e "micronações" que não foram filiadas a FIFA.

Segundo o balanço financeiro da FIFA em 2018, o faturamento com o ciclo da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2018 (2015 até 2018) teve um orçamento de 5,65 bilhões de USD com uma receita recorde de 6,42 bilhões de USD, um aumento no lucro de 16% em relação ao ciclo anterior (mais de 1 bi USD). Do valor total, 83% da receita é oriunda da Copa do Mundo de 2018 (Rússia).

O Balanço financeiro do COI em 2017, afirma que o ciclo olímpico de 2013 a 2016 arrecadou os mesmos 5,7 Bilhões de USD (2 Bilhões dos Jogos de Inverno de Sochi, 2014 e 3.7 bilhões de USD dos Jogos de Verão Rio de Janeiro, 2016), demonstrando o potencial econômico dos megaeventos.

A cidade – país sede é responsável por toda a logística e infraestrutura, as mesmas são consideradas como "Legado Olímpico" e serão a herança para a cidade, entretanto todo o capital arrecadado através dos patrocinadores, direitos de transmissão e venda de ingressos são destinados a entidade organizadora.

Se no período Guerra Fria a disputa se dava entre o capitalismo e socialismo, simbolizadas por EUA e URSS respectivamente, a atual disputa é econômica e tecnológica, caracterizada por EUA e China. Desde 1992, a China se matem entre os cinco primeiros colocados no quadro de medalhas e desde 2001, quando soube que organizaria os Jogos em casa, passou a rivalizar com os estadunidenses pela primeira colocação, esta que foi atingida em Pequim (2008). Tal fato é um reflexo do apoio do Estado no esporte, assim como a disputa que ocorre também no campo econômico e geopolítico.



OS MEGAEVENTOS APÓS 2020

Após mudanças governamentais no Brasil, simbolizadas pelo impeachment de 2016, o país não possuía planos para o período posterior ao “tsunami esportivo”, que eram parte do projeto de propagação de poder no Atlântico Sul, contudo as condições para a realização de megaeventos continuaram sendo favoráveis.

Sem o apoio do Governo Federal, que fechou o Ministério dos Esportes em 2019, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), desistiu da candidatura da Copa do Mundo Feminina (2023), mas permitiram a organização do jogo final da edição LXI da Copa Libertadores da América (2021) e a polêmica edição XLVII da Copa América de Futebol (2021)¹⁰ em meio à crise sanitária do novo coronavírus, porém são ações pontuais, sem perspectivas de um projeto de longo prazo. A Rússia possui intenções de continuar atuando através da força do Estado, na organização de eventos e no incentivo a atletas, contudo a punição sob a qual ainda sofre influência a impede temporariamente de alcançar seus objetivos. Neste contexto, algumas competições não conseguiram adequar-se a tempo, de mudar a organização da Rússia, como a Copa do Mundo de Futebol de Areia (2021) e adiou os planos russos para sediar as Olimpíadas de Verão, ficando para 2036, segundo o Ministro de Relações Exteriores (Sergey Lavrov) em entrevista à agência de notícias estatal Tass.

A Índia busca investir no esporte, porém seus conflitos diplomáticos colocam em dúvida o futuro do país nos esportes e nas próprias relações internacionais. O desejo de organizar os Jogos Olímpicos passa pela disputa diplomática com o Paquistão.

O país com o maior número de organizações, a China, continua seu projeto de inserção na globalização e de destino corriqueiro da agenda esportiva internacional. Apoiados no tripé, ciência, tecnologia e inovação, o apoio estatal é contínuo e progressivo para oferecer apoio aos atletas e organizar megaeventos. O país, a cada edição está mais próximo do líder do quadro de medalhas (EUA), ficando apenas a uma medalha de ouro em Tóquio (2020). Dentre os diversos eventos que a China sediará, destacaremos os Jogos Olímpicos de Inverno (2022), Jogos Asiáticos (2022) Jogos Mundiais (2025), além da meta do PCC (Partido Comunista Chinês) de organizar uma Copa do Mundo de Futebol até 2050.

Rizzi e Schütz (2014) descrevem o novo período liderado por Mandela até Zuma (1994 – 2009), como parte de uma política de reinserção e afirmação regional, Boff e Santos (2020), caracteriza-o como ciclo de união nacional, no qual o esporte foi determinante. Todavia, após este momento, o país não demonstrou uma postura favorável a organização de novos megaeventos.

Após 2015, os BRICS vêm passando por um processo de desvalorização, tanto como coletivo, quanto individualmente, um processo que reflete no esporte após a Copa do Mundo da Rússia (2018) e é intensificado depois do período pandêmico, perdendo espaço na agenda esportiva global, enquanto no período anterior, configuravam-se dentre os líderes, podemos entender que este espaço foi reocupado pelos antigos atores, representados pelos países desenvolvidos e hegemônicos.

¹⁰ Ambos torneios seriam realizados em 2020, porém foram adiados para 2021 por conta da pandemia do novo coronavírus.



As próximas edições confirmadas da Copa do Mundo de Futebol Masculino serão em 2022 (Catar), 2026 (EUA, Canadá e México) e 2030 (Indefinido¹¹). Os Jogos Olímpicos de Verão possuem confirmadas quatro edições neste período, Japão (2021), França (2024), Los Angeles (2028) e Austrália (2032). Dentre as datas, evidenciase a ausência de um membro dos BRICS e apenas o Catar como representante de um país fora do norte-hegemônico. Apesar do México, ser uma das sedes de 2026, não possui o protagonismo que possuiu quando sediou as Copa de 1970 e 1986, e organizou sozinho o evento, agora o maior protagonismo é estadunidense.

Os Jogos Olímpicos de Inverno, assim como a Copa do Mundo de Futebol Feminino veem apresentando evolução a cada nova edição, aumento de público, audiência, renda, visibilidade e maior poder influência fazem com que a relevância destes eventos aumente.

A próxima edição de Inverno das Olimpíadas, ocorrerá em Pequim (2022), sob alegação de que este evento faz parte do legado de 2008 (Jogos Olímpicos de Verão), uma vez que serão usadas as mesmas infraestruturas, o que resgatou o debate sobre a realização das Olimpíadas na China, a sua instrumentalização do evento e o não cumprimento dos direitos humanos nas suas regiões separatistas envolvendo Hong Kong, o Tibet e o atual Dalai-lama, Tenzin Gyatso, assim como a província de Sinqiã (Xinjiang), no Noroeste chinês, este que é povoado por diversas minorias étnicas, como os uigures-turcos, considerados pelos chineses de relação com o terrorismo islâmico panturquista.

O debate acerca de Xinjiang foi intensificado após a conquista do Afeganistão pelo Taliban, seguido pela retirada das tropas estadunidenses derrotadas neste país. O vácuo de poder deixado pelos EUA, foi ocupado pela China como principal parceiro comercial do país, uma vez que a China ofereceu suporte diplomático, mesmo que simbólico e não oficial, investimentos para sua reconstrução. Em contrapartida, o Taliban romperia relações com o Estado Islâmico, que apoia a etnia uigur à buscar a autonomia do Uiguristão ou Turquestão do Leste nesta região.

A posição da província é importante para o desenvolvimento do megaprojeto de investimentos e infraestrutura chinês, a Nova Rota da Seda¹², para ter acesso ao Afeganistão e tentar replicar o que foi feito no país vizinho, através do Corredor econômico China-Paquistão, além de ter controle e influência sobre o Porto de Gwadar e o Estreito de Malaca.

Assim, a China, vem sendo acusada pelos EUA de “*Sportswashing*”¹³ e grande parte dos países da União Europeia, de abusos aos direitos humanos sob o crime de genocídio contra muçulmanos, a maioria de etnia uigur, que seriam mantidos em campos de detenção secretos.

Diante deste contexto, o Presidente dos EUA, Joe Biden, considerou um boicote diplomático aos Jogo de Inverno em Pequim (2022), no qual os atletas participam normalmente e apenas os membros do governo estão impedidos de ir a China a cerimônia de abertura. A

¹¹ A edição de 2030, possui interesse de algumas candidaturas, no entanto será a edição centenária do torneio, assim a candidatura mais estruturada, é a encabeçada pelos sul-americanos, que protagonizaram a primeira edição, a Argentina e o Uruguai e posteriormente integrada por Paraguai e Chile.

¹² Uma estratégia de investimentos e desenvolvimento de infraestrutura em diversos países da África, Ásia e Europa.

¹³ *Sportswashing* ou Lavagem esportiva é uma estratégia de melhora de reputação através de investimentos e participações no esporte.



proposta de boicote foi aderida por Austrália, Canadá, Kosovo, Lituânia, Reino Unido e Bélgica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças na ordem geopolítica e na economia mundial a partir dos anos 2000 os países em desenvolvimento denominado de Brics passaram a sediar grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas e Copa do Mundo. Conforme destacou Boniface “o esporte é o espelho do mundo” [...] também instrumento de poder. Esses grandes eventos conectam milhões de pessoas, presença de turistas, empresas, por sua vez, ganham visibilidade para mundo, divulgaram a cultura, valores e princípios através do *soft power*.

O *soft power* permite que os países propagem seus símbolos, consequentemente expandindo as relações de poder, sem a burocracias e limitação das fronteiras e com a aceitação popular que as intervenções militares não possuem. Através das estratégias dos países de propagação de poder, podendo entender a situação geopolítica deste, nesse sentido que os Jogos Olímpicos são um termômetro geopolítico materializado através das atitudes dos atletas e do quadro de medalhas.

Os BRICS de forma conjunta, são pouco ativos, mas quando unidos, suas características individuais de lideranças regionais, demonstrando o poder concentrado nestes cinco países e que simboliza uma alternativa a atual governança dos desenvolvidos, encabeçada pelos EUA.

O esporte e a política, mais do que nunca estiveram em sincronia e provocam divergência não apenas entre os países, mas entre blocos de poder, que no passado foi de capitalistas e socialistas, e atualmente são caracterizados por desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Há também uma interface do poder, ocupada pelas ONGI's, que detém o monopólio dos esportes e dos megaeventos organizados, o que os proporciona uma condição de exclusividade, sendo afetados pela especulação do capital e provocando competitividade entre os países para abrigá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSANI, G.B. O papel dos BRICS na governança Global. **Revista de Geopolítica**, v. 7, n. 2, p. 54 - 66, jul. - dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3jjgLXg>. Acesso em: 26 jun. 2021.

ARMITAGE, R. L.; NYE (Jr), Joseph S. **A smarter, more secure America. Report of CSIS Commission on Smart Power**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3jjgLXg>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Data Worldbank**, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/33Ixspb/>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BARBANTI, V. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 54 – 58, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.11n1p54-58>. Disponível em: <https://bit.ly/3lwqo5b>. Acesso em: 02 dez. 2021.



BLAREL, N. **India: the next superpower?: India's soft power: from potential to reality?** LSE IDEAS, London School of Economics and Political Science, Londres, v. 10, p. 28 – 33. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3A6Bzat>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BOFF, R. B.; SANTOS, L. O. DOS. 'Un equipo, una nación': el rugby como instrumento de unión de la Sudáfrica post-apartheid. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 25, n. 264, p. 15-31, 21 may 2020.

BONIFACE, P. **Football et mondialisation**. 2ª ed. Paris: Armand Colin, 2010.

BONIFACE, P. **Géopolitique du sport**. Paris: Armand Colin, 2014.

BONIFACE, P. **JO Politiques**. Paris: Eyrolles, 2016.

BORBA, C. R. **O impacto da cobertura das olimpíadas de Beijing na construção da nova identidade visual da China**. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3IaWUnj>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?** In: BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136 - 163. Disponível em: <https://bit.ly/3xMfdub>. Acesso em 02 dez. 2021.

CANETTIERI, T. A Importância do futebol como instrumento da geopolítica internacional. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 116 - 128, jun. - dez. 2010. Disponível em: <https://bityli.com/CNBpU>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CARVALHO, M; GAGLIARDI, C. M. R. (org.) **Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma centralidade em São Paulo**. São Paulo: Olho d'água, 2015. ISBN: 978-85-7642-031-6. Disponível em: <https://bit.ly/3pTkY5N>. Acesso em: 1 dez. 2021.

CASELLA, P. B. BRIC - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: uma perspectiva. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 105, p. 435 - 472, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Ij8tZI>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CASTRO, G. C. Governança urbana empreendedorista e megaeventos esportivos. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, ano 15, v. 1 n. 24, p. 37 – 60, 1. sem. 2013. DOI: 10.12957/geouerj.2013.5058. Disponível em: <https://bit.ly/2T4R9Co>. Acesso em: 8 jun. 2019.

COELHO, J. N. Ondulando a bandeira: futebol e identidade nacional. **Relações Internacionais**, Portugal, v. 1, n. 2, p. 119 - 140. Disponível em: <https://bit.ly/3gL3W6G>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COI. **International Olympic Committee**, 2021. Disponível em: < <https://www.olympic.org/olympic-games/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.



COSTA, W. M. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **CONFINES - Revista Franco-Brasileira de Geografia [online]**, São Paulo, n. 25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.10551>. Acesso em: 26 jun. 2021.

DUARTE, O. **A história dos esportes**; 6ª ed., Editora Senac, São Paulo, 2013.

FIFA. **International Federation of association football**, 2021. Disponível em: <<https://fifa.fans/32sJuCo/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

LEITE, E. M. A. Os Impactos do Futebol: Copa do Mundo, Brasil 2014: Espetáculo, Manifestações, Controvérsia, previsões e resultados não esportivos. **Humanidades**, v. 5, n. 1, fev. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3Fm7PIL>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MANDUCA, P. C. S.; PINTO, D. J. A. Brazil and South Africa: an alternative regional power in the XXI century. **FLACSO-ISA**, Buenos Aires, [online], p. 1- 12, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3A93iaA>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MASCARENHAS, F.; Megaeventos esportivos e Educação Física: Alerta de tsunami. Movimento. **Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39 - 67, jan. – mar., 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.25260>. Disponível em: <https://bit.ly/3gZz7La>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MASCARENHAS, G. Geografia dos Esportes, Uma Introdução. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, n. 35, 1999. Disponível em <<https://bitly.com/JDPeN/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

MASCARENHAS, G. Construindo a Cidade Moderna: a Introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 23, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3yOXW3N>Acesso em: 20 dez. 2021.

MASCARENHAS, G. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? **Efdeportes – Revista Digital**, Buenos Aires, ano 10, n. 78, nov. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3z3JEMF/>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MASCARENHAS, G. Os jogos pan-americanos de 1963. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011. v. 1. p. 83 - 97.

MASCARENHAS, G. A Copa do Mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro. **Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 15, n. 24, v. 2, 2º semestre de 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/geouerj.2013.11490>. Disponível em: <https://bit.ly/3cqtsLx>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MULLER, M. After Sochi 2014: costs and impacts of Russia's Olympic Games. **Eurasian Geography and Economics**, n. 55, v. 6, p. 628 - 655, 2015. DOI: 10.1080/15387216.2015.1040432. Disponível em: <https://bit.ly/3qwUKGk>. Acesso em: 22 dez. 2021.



NYE (Jr.), J. S. **Compreender os conflitos internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. ISBN: 978-972-66-2845-3.

NYE (Jr.), J. S. **Soft Power: the Means to Success in World Politics**. Public Affairs: New York, 2004.

NYE (Jr.), J. S. **The future of Power**. Nova Iorque: PublicAffairs, 2011.

NERI, M. Eventos esportivos têm papel fundamental para os Brics. **IPEA**. [S.l.] 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3A06MMo/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PRONI, M. W. A economia do esporte em tempos de Copa do Mundo. **ComCiência**, Campinas, n. 157, abr. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3Fjawe5/>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RIZZI, K. R.; SCHUTZ, N. X. Política externa da nova África do Sul: Reinserção e afirmação regional. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 181 – 201, jan. – jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3HcU3J2>. Acesso em: 22 dez. 2021.

RODRIGUES, A. M. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. **Geotextos**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 13 - 25, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v9i2.9104>. Disponível em: <https://bit.ly/3smp0GF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RUBIO, K. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista De Educação Física**, v. 16, n. 2, 130 - 143, 2002. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2002.138705>. Disponível em: <https://bit.ly/3FkqlkS>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SILVA, E. S. P. **A Geopolítica dos esportes e o papel dos BRICS na organização de megaeventos**. (2019) 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

TAS. Tribunal Arbitral do Esporte. **CAS DECISION IN THE ARBITRATION WADA V. RUSADA**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FwQj4Q>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VENTURA E. Le football comme instrument de la diplomatie brésilienne. **IEPG**, Grenoble, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3mKPBtt>. Acesso em: 11 dez. 2021.

HISTÓRICO

Submetido: 10 de Novembro de 2021.

Aprovado: 29 de Dezembro de 2021.

Publicado: 31 de Dezembro de 2021.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Elvis Simões P. da Silva

Licenciado, bacharel e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, é membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais – NUPERG, também cursa MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Rua Roberto Símonsen, 305, Centro Educacional, Pres. Prudente – São Paulo, Brasil. CEP: 19060-900.



ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0418-0048>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0544862223698575>.

E-mail: elvis.silva@unesp.br

Maria Terezinha Serafim Gomes

Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo -USP. Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil e coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais – NUPERG.

Endereço para correspondência: Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Rua Roberto Símonsens, 305, Centro Educacional, Pres. Prudente – São Paulo, Brasil. CEP: 19060-900.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8897-9844>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7247364844929476>.

E-mail: terezinha.serafim@unesp.br

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

SILVA, E. S. P.; GOMES, M. T. S. Os BRICS e a organização de megaeventos esportivos na ordem mundial pós-guerra fria.. *Revista GeoUECE*, Fortaleza (CE), v. 10, n. 19, e202201, 2021.